

Diversidade, linguística e dominação: como a teoria linguística pode fomentar um tipo de política a que a maioria dos linguistas se oporia

Diversity, linguistics and domination: how linguistic theory can feed a kind of politics most linguists would oppose

Nick Riemer¹

University of Sydney

Tradução

Daniel Marra da Silva²

UFT/IFTO

Tânia Ferreira Rezende³

UFG

Resumo: Este pequeno artigo esboça alguns dos possíveis papéis ideológicos desempenhados pela teoria linguística e pedagogia na formação de sujeitos sociopolíticos modernos. Embora o *ethos* da linguística seja notadamente progressivo, argumenta-se aqui que a disciplina atua, de uma maneira amplamente não reconhecida, para preparar os estudantes tanto para exercer como para sofrer o domínio da sociedade. Essa crítica é feita a partir de duas perspectivas: em primeiro lugar, o conteúdo ideológico da teoria linguística é considerado, especialmente da forma que é apresentado aos estudantes de graduação, e particularmente no que diz respeito à abordagem redutora da diversidade humana que a disciplina principalmente promove. O artigo explora maneiras através das quais isso pode reforçar um modelo do tipo de pessoa especialmente compatível com as exigências das economias capitalistas globalizadas contemporâneas. Em segundo lugar, o artigo faz considerações sobre a forma como os procedimentos de autoridade intelectual discricionários, aos quais os estudantes estão habituados ao estudar linguística na graduação, podem prefigurar as normas de dominação arbitrária às quais serão submetidos após deixarem a universidade e entrarem no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Ideologia, teoria linguística, gramática, cientificismo, autoridade, dominação.

Abstract: This short article sketches some of the possible ideological roles played by linguistic theory and pedagogy in the formation of modern socio-political subjects. While the ethos of linguistics is overtly progressive, it is argued here that the discipline functions, in a largely unrecognized way, to prepare students both to exercise and undergo domination in society. This critique is made from two perspectives. First, the ideological content of linguistic theory is

¹ The University of Sydney & Laboratoire d'histoire des théories linguistiques, Université Paris-Diderot. nick.riemer@sydney.edu.au

² Professor do Instituto Federal do Tocantins e do PPGLetras da Universidade Federal do Tocantins; Visiting Research Fellow - The University of Sydney. danielmarra@ifto.edu.br

³ Professora Associada da Universidade Federal de Goiás, Departamento de Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Letras. taniaferreirarezende@gmail.com

[Este artigo apareceu pela primeira vez no *blog: History and Philosophy of the Language Sciences*. Disponível em inglês em: <https://hiphilangsci.net/2016/05/11/diversity-linguistics-and-domination-how-linguistic-theory-can-feed-a-kind-of-politics-most-linguists-would-oppose/>, onde se podem encontrar comentários e também acessar os *hyperlinks*.]

considered, especially as it is presented to undergraduates, and in particular as concerns the reductive approach to human diversity that the discipline mainly promotes. The article explores ways in which this may reinforce a model of personhood particularly compatible with the requirements of contemporary globalized, capitalist economies. Second, the article considers how the procedures of discretionary intellectual authority to which students are accustomed in studying linguistics as undergraduates may prefigure the norms of arbitrary domination to which they will be submitted after university when entering the labour market.

Keywords: ideology, linguistic theory, grammar, scientism, authority, domination

Recebido em 10 de março de 2018

Aprovado em 15 de abril de 2018

Que conexões as atividades profissionais dos linguistas poderão ter com a política? Mais recentemente, essa questão foi levantada através da auto-demissão em massa do conselho da revista de linguística, *Lingua*, e pela metamorfose sofrida por essa revista ao se tornar de acesso livre como o novo nome, *Glossa* – uma tentativa bem-vinda de quebrar o monopólio lucrativo das multinacionais da divulgação de pesquisa. Iniciativas como a da *Glossa* ou a da *Language Science Press* são instâncias de ativismo acadêmico muito necessárias, e muitíssimo raras, contra o generalizado ‘enclausuramento’ do conhecimento, característico de nossa época (RIEMER, 2016). Tais iniciativas são compatíveis com a ‘forma vaga de progressividade liberal’ que Hutton (2001, p. 295) identificou como o *ethos* da linguística contemporânea. Mas como *outros* aspectos da linguística como uma instituição se encaixam, ou não, nesse quadro? O que podemos dizer sobre como a linguística pode se relacionar com prioridades progressivas características, como o apoio à diversidade, a oposição à discriminação e à dominação, o compromisso com a democracia e os contextos políticos globais nos quais estão situados os esforços para promover essas prioridades?

Tem havido alguma discussão crítica sobre as valências ideológicas e políticas da linguística; embora, frequentemente, tenha vindo de fontes outras que não dos próprios linguistas.⁴ Os linguistas, de fato, em geral, se tornaram relutantes em direcionar contra sua própria disciplina os tipos de críticas que varreram o resto das humanidades no último terço do século passado. As pretensões científicas da linguística atuam como um forte freio sobre qualquer tentativa até de pensar em termos críticos sobre o *status* epistêmico dos resultados da disciplina, quanto mais a de explorar os efeitos ou determinantes políticos mais amplos do campo.⁵

⁴ Como o texto original tratou-se de uma publicação de *blog*, o autor optou por não documentar, nem fazer referência a qualquer dessas reivindicações extensivamente ou, às vezes, nenhuma. Uma apresentação mais acadêmica de algumas dessas ideias está atualmente em andamento.

⁵ Isto posto, não é surpresa que muitos linguistas praticantes realmente não gostem quando se tentam questionar a objetividade ou a cientificidade de seus modelos. Conforme atestado pela escassez de teorização metateórica e fundacional na linguística, a cultura da disciplina é fortemente positivista.

A reflexão sobre ambos, no entanto, é importante, pelo menos, no que interessa a autoconsciência disciplinar, embora, não somente isso: os linguistas que se identificam com a “vaga forma de progressividade liberal” mencionada por Hutton, ou cujas simpatias políticas pendem mais para a esquerda, têm interesse em pensar não apenas sobre como os fatores sociais e políticos influenciam a linguística, mas também sobre como o que eles fazem como linguistas pode ter retorno às sociedades às quais eles pertencem. Como outras corporações acadêmicas, os linguistas provavelmente possuem um forte senso de suas próprias distinções. Apesar de tudo, somos uma parte de um corpo político e nossas atividades profissionais são influentes de várias maneiras.

Formatando a natureza humana para o mercado

A crítica ideológica da linguística, especialmente dos domínios ‘centrais’, como a gramática, a fonologia, a semântica e a pragmática, muitas vezes se concentrou no que poderíamos chamar de *universalismo racional individualista* massacrante da disciplina. Isso emerge, claramente, nos pressupostos que os alunos são encorajados a assimilar quando são instruídos nos conceitos e procedimentos básicos da disciplina. Se tivéssemos que detalhar tais pressupostos, apresentaríamos uma lista como esta:

Suposições sobre as pessoas

- *individualismo*: como faculdade cognitiva ou psicológica, a linguagem é entendida como sendo, em sua base, um fenômeno individual;
- *racionalismo*: falantes e ouvintes devem ser entendidos como agentes essencialmente racionais (a emoção, ao contrário, desempenha um papel fortemente secundário);
- *uniformidade*: a identidade biológica das espécies humanas se reflete na identidade fundamental (comensurabilidade) das línguas humanas.

Suposições sobre a relação da linguística com a linguagem

- *objetividade*: há um fato sobre a estrutura da língua: um nível único e inequívoco de conteúdo semântico; uma representação única da estrutura sintática e fonológica; uma estrutura de informação única, e assim por diante;
- *reduzibilidade*: a diversidade de enunciados observados em qualquer domínio dos fenômenos linguísticos são realizações de um modelo muito mais restrito (gramática, formas subjacentes, estrutura fonológica, etc.); existe um nível de análise onde a diversidade cultural e cognitiva pode ser capturada em uma metalinguagem analítica única;
- *formalização*: a língua pode ser descrita através de sistemas de regras formais (ou quase-formais);
- *transparência*: essa formalização é intuitiva e atua ao nível da superfície, uma vez que a L1 do teórico pode ser usada para expressar as regras supostas como subjacentes à linguagem sem serem enriquecidas com um extenso aparato de conceitos técnicos. Por exemplo, as definições de papéis temáticos e os protocolos para a atribuição de assuntos em que participam fazem referência a termos de linguagem comuns como ‘mover’,

‘ação’, ‘lugar’ ou ‘posse’; e a definição de classes aspectuais-lexicais são sobre noções comuns como ‘fronteiras’, ‘instantâneos’ e assim por diante. A abordagem Metalinguagem Semântica Natural, de Wierzbicka e Goddard, é uma instância particularmente óbvia desse fenômeno. Nem todas as teorias são tão avessas quanto a MSN ao tecnicismo – pense no Minimalismo, ou a teoria fonológica. Mas a generalização é válida para os domínios mais proeminentes da linguística em programas de graduação padrão – que, como explicarei adiante, é a parte que conta. Como um sábio linguista comentou comigo uma vez, “a Linguística não é a ciência do foguete”.

Suposições sobre o *status epistêmico da linguística*

- *autoridade científica da disciplina*: como resultado, a linguística é ‘científica’ e os linguistas detêm uma autoridade intelectual que nos permite dizer como as pessoas são no que diz respeito às suas práticas linguísticas, sem dominar as competências técnicas de algo como o grau de complexidade necessário às ‘ciências duras’.

Provavelmente, nenhum desses princípios seria aceito sem a validação de todos os linguistas - em particular, qualquer linguista para quem a língua é um objeto abstrato ou um sistema estritamente independente de suas manifestações psicológicas rejeitará toda a primeira categoria. No entanto, parece-me que a lista como um todo capta de maneira justa a mentalidade essencial que a grande maioria dos estudantes é encorajada a adotar em seu primeiro encontro com a disciplina. (É esse primeiro encontro que é mais relevante, já que a maioria dos estudantes não permanece por tempo suficiente para se expor às inevitáveis nuances pelas quais as ideias passam posteriormente: se quisermos explorar os efeitos ideológicos da linguística, precisamos olhar para os estudantes de graduação não para os de doutorado.)

Por que destacar essas premissas? Porque muitas delas cumprem uma função ideológica óbvia: reforçam um modelo de personalidade – um modelo de como as pessoas são – particularmente compatível com as exigências das economias capitalistas contemporâneas ‘globalizadas’. Assim como as outras ‘ciências humanas’ (ver Riemer [2015] para mais), a linguística contribui para um dos papéis mais essenciais das universidades: formatar ‘ideologicamente’ os estudantes para os assuntos atomizados, normalizados e racionalistas que melhor atendam às normas do mercado.

A natureza humana, idealizada pela teoria linguística – individualizada, intelectualista, obediente às regras e uniforme –, personifica o participante perfeito das economias capitalistas tecnocráticas. Se os indivíduos previsíveis (isto é, cumpridores de regras), racionais e conformistas, pressupostos em modelos linguísticos de falantes-ouvintes realmente existissem, eles seriam consumidores e funcionários modelos:

Estudantes com graduação em linguística adquirem habilidades intelectuais valiosas, como raciocínio analítico, pensamento crítico, capacidade de argumentação e clareza de expressão. Isso significa fazer observações perspicazes, formulando hipóteses claras e testáveis, gerando previsões, argumentando e tirando conclusões, e comunicando as descobertas para uma comunidade mais ampla. Os graduados em linguística são, portanto, bem equipados para uma variedade de programas profissionais e carreiras de nível de graduação. (*Linguistic Society of America*, “Por que se graduar em linguística?”)

Dado que muitos graduados em linguística aspiram, mesmo que apenas por razões de segurança empregatícia, a entrar em organizações complexas (multinacionais e outros negócios, departamentos governamentais, organizações midiáticas, etc.), a semelhança entre o raciocínio restrito, baseado nas regras nas quais são treinados, e os princípios de burocracia de Weber começam a parecer nada acidental:

- (1) Todas as ações oficiais estão sujeitas a regras, com o funcionário sujeito a um controle rigoroso e sistemático de cima.
- (2) Cada funcionário tem uma esfera de competência limitada e definida.
- (3) A organização das empresas segue um princípio de hierarquia com cada subalterno subordinado a seu respectivo superior.
- (4) Os candidatos são selecionados apenas com base na qualificação técnica: ‘Eles são nomeados, não são eleitos’.
- (5) Os funcionários são assalariados e não têm direito de propriedade sobre o seu trabalho: ‘A escala salarial é gradativa de acordo com a classificação na hierarquia: mas além deste critério ... as exigências do *status* social dos representantes podem ser levadas em consideração’.
- (6) A empresa é a ocupação exclusiva, ou pelo menos primária, do ocupante e constitui uma carreira: ‘A promoção depende do julgamento dos superiores’ (resumo de Max Weber, *Organização Econômica e Social*, citado por BLACKBURN, 1967, p. 177-178).

Ao adotar uma abordagem de complexidade processual e baseada em regras, a educação linguística introduz os estudantes em uma concepção de trabalho taylorista. Ao mesmo tempo, sugere através de seu psicologismo (cognitivismo) que a linguagem, um fenômeno quintessencialmente social, pode ser mais bem compreendida como algo individual. Isso também tem uma clara utilidade ideológica, como Margaret Thatcher (‘não existe nada como a sociedade’) teria entendido. Como Alex Callinicos observa, “é pelo menos discutível que a estabilidade social não dependa da crença das classes subordinadas na legitimidade do *status quo*, mas sob uma fragmentação da consciência social que os impede de desenvolver uma perspectiva compreensiva sobre a sociedade como um todo” (1990, p. 116). Ao focar a atenção para dentro da ‘alma’ da linguística, a linguística faz exatamente isso. Ao impor suas ‘suposições sobre pessoas’ aos estudantes, ela fornece um modelo do que seja pessoa, que se encaixa na economia de mercado como uma luva.

Nossa linguagem, nossos significados: os únicos que existem

Os pressupostos da linguística sobre sua própria relação com a linguagem (a segunda categoria na lista) desempenham um papel diferente. Ideias sobre ‘reduzibilidade’, ‘objetividade’ e ‘transparência’ confinam as línguas no interior de uma dinâmica centralizadora e universalizante, cujo objetivo é reduzir a diversidade das práticas linguísticas de uma comunidade de fala a um único modelo chamado de uma ‘gramática’ – e, frequentemente, então, afirmar que todas as línguas podem ser entendidas com referência a um único conjunto-mestre de categorias (Gramática Universal, “a planta básica que todas as línguas seguem”, para adotar os termos de FROMKIN *et al.*, 2010, p. 18). Esses procedimentos apresentam a estrutura da linguagem, incluindo o significado, como um objeto único e determinado, aberto a métodos empíricos que aspiram à epistemologia (imaginada) das ciências naturais.

É no meu próprio campo, a semântica – crucial para outros domínios da estrutura – que o efeito dessas suposições é mais evidente. A semântica baseia-se na crença de que a própria L1 do linguista – inglês, francês, chinês – pode servir como uma representação adequada para os significados de todas as línguas.⁶ Em outras palavras, se minha teoria semântica é mentalista, como a maioria é, posso usar apenas uma versão minimamente enriquecida da minha própria língua nativa para mostrar o que *you*, independentemente da língua que fala, tem em sua mente – tanto o que *you* quer dizer quanto as operações conceituais que abrigam os seu dizer. E eu posso fazer isso ‘cientificamente’ – de tal forma que as pessoas *have* de acreditar em mim. Eu sou a autoridade sobre o que está acontecendo na *your* cabeça. O imperialismo linguístico de um mundo no qual o inglês é tudo é reverberado nos pressupostos da teoria linguística.

Isso traz algumas consequências desconfortáveis: embora as línguas ‘exóticas’ possam ser configuradas diferentemente do inglês (ou francês ou chinês), no entanto, em sua base, todas elas podem ser categorizadas como o inglês (ou francês, chinês ou qualquer que seja o ‘substrato’ para a metalinguagem teórica do linguista). As principais L1^s do mundo dos linguistas não são, pois, línguas como qualquer outra, para a qual as L1^s de outros falantes podem ser traduzidas de maneira clara e definitiva, contextualmente variável, para uma variedade de propósitos. Elas são, ao contrário,

⁶ Tomaria muito mais espaço do que tenho aqui para desenvolver e justificar essa reivindicação adequadamente. Qualquer um interessado deve consultar o primeiro e último capítulos de Riemer (2005) para uma defesa geral da natureza interpretativa e, portanto, hermenêutica (não objetiva) da semântica.

códigos-mestres hegemônicos, nos quais representações explicativas, independentes do contexto do significado exótico, podem ser dadas de uma vez por todas.

Uma coisa é afirmar, inegavelmente, a capacidade de tradução e intercompreensão de diferentes línguas para uma ampla gama de propósitos e interações. Mas outra é supor que isso reflete uma identidade psicológica subjacente (em oposição à neurológica) e que uma única língua – na maioria das vezes o inglês – pode fornecer a metalinguagem explicativa na qual o significado de qualquer uma pode ser teoricamente representado. ‘Explicar’ e ‘representar’ são apenas um pequeno passo simbólico para ‘possuir’, ‘controlar’ ou ‘dominar’:

O Iluminismo mantém com as coisas um relacionamento equivalente ao do ditador com os seres humanos. Ele os conhece na medida em que ele pode manipulá-los. O homem da ciência sabe as coisas na medida em que ele pode fazê-las. O “em si” delas se torna “para ele”. Em sua transformação, a essência das coisas é revelada como sempre a mesma, um substrato de dominação. Essa identidade constitui a unidade da natureza (HORKHEIMER e ADORNO, 2002, p. 6).

É, para a cosmovisão incentivada pelos pressupostos linguísticos, mais ou menos impossível que os conceitos de outras pessoas escapem às capacidades representacionais de nossas próprias categorias linguísticas. Podemos teoricamente explicar *tudo*. A diferença é desprezada: nossa soberania intelectual não conhece fronteiras. O estudante aprende que nossa língua, nossos significados, em certo sentido, são os únicos que existem. As fórmulas da teoria linguística evocam um mundo homogêneo e uniforme.

É uma coincidência que este seja o mundo que oferece o mercado ideal para bens de consumo produzidos em massa e o perfeito *terra nullius* para a expansão econômica e cultural do Ocidente? Como Agostinho (Cidade de Deus, 19.7) colocou: “a cidade imperial tem se esforçado para impor às nações subjogadas não apenas o seu jugo, mas a sua língua”. Se os resultados linguísticos são representativos, pode-se desculpar por pensar que a ‘globalização’ – a disseminação implacável da hegemonia capitalista – não é mais que um destino manifesto.

Linguistas não fazem bons racistas

Tão logo esse tipo de sugestão é levantada, corre-se o risco de ser denunciada indignadamente por seu ‘absurdo’, ‘falta de equilíbrio’, ‘irresponsabilidade’ ou crimes tão hediondos quanto esses. E é certamente verdade que muitos linguistas, como Hutton

observou, são explicitamente contrários ao tipo de política que estou reivindicando que nossa disciplina pode tacitamente apoiar. Mas isso, de modo algum, desqualifica minha análise: não haveria algo como ideologia se as intenções e crenças políticas correspondessem perfeitamente às ações.

Outra consideração que vai contra a análise que tenho oferecido vem do fato de que o subtexto totalizador e imperialista da teoria linguística que eu reivindico certamente não é o *único* que os estudantes reterão de seus estudos linguísticos. O clima intelectual associado à linguística é, em sua maior parte, amplamente progressista e, em particular, anti-chauvinista: “Olhar mais de perto as línguas e, em particular, as línguas que nos parecem exóticas, pode nos tornar mais tolerantes”, Gasser (2012) afirma. A oposição ao prescritivismo massivamente ensinada aos estudantes desde o início é a manifestação mais concreta dessa atitude. A disciplina também encoraja valores como curiosidade, rigor lógico e resolução de problemas. Enquanto tudo isso é claramente valorizado pela ordem econômica reinante, também pode ser recrutado para fins críticos e contra-culturais. Certamente não é para os graduados em linguística que se olha, por exemplo, quando se busca candidatos mais prováveis a racistas convictos. Certamente, então, é arbitrário destacar os possíveis efeitos negativos da disciplina, como eu tenho feito?

Objecções como essas são razoáveis – em parte. Elas não mostram que os efeitos ideológicos que identifiquei não existem, mas sugerem que eles não são os únicos em funcionamento. Para respondê-las, e para apreciar adequadamente o papel da linguística na produção dos tipos de graduados que os estados modernos precisam, temos que nos concentrar na *forma* como as suposições da lista são apresentadas aos estudantes. Aqui, uma imagem menos ambígua emerge.

Da dominação na teoria à dominação na prática?

Desde o início de seus estudos, os estudantes aprendem que a linguagem deve ser abordada de maneira altamente sistematizante e totalizante. Eles são instruídos em uma abordagem essencialmente redutora e classificatória da diversidade humana que define um modelo normativo único de linguagem (a ‘faculdade de linguagem’, ‘universais linguísticos’, ‘estrutura gramatical’, etc.) ao qual a diversidade linguística é referida. As regras, generalizações e categorizações que os estudantes aprendem a fazer ao longo da disciplina (e não apenas em suas subáreas centrais) tendem todas a uma

única direção: quase exclusivamente, o esforço intelectual é dedicado a trazer fatos complexos sob o escopo das regras gerais, e reduzir as manifestações caleidoscópicas da linguagem às operações de uma estrutura única e singular.

Estudantes em diferentes partes da disciplina aprendem, por exemplo, que predicados de eventos devem ser classificados universalmente em vários tipos (de Vendler); que a unidade básica da língua é a sentença (enunciação, turno – não importa: o ponto da crítica é a necessidade que se tem de haver uma unidade básica); que algumas frases devem ser consideradas gramaticais, outras não gramaticais; que proposições são a base do significado; que ‘máximas conversacionais’ concisas ou princípios iguais a elas governam nosso uso social da linguagem; que a ‘informação’ observa uma estrutura de ‘tópico-comentário’; que os atos de fala são constativos ou performativos; que uma quantidade limitada de classificações pode descrever os significados interpessoais veiculados pelos textos; que a multiplicidade de usos das palavras pode ser reduzida ao seu único ‘significado’ ou ‘significados’ e que o próprio significado é redutível a algum conjunto de ‘primitivos conceituais’ – e assim por diante.

Por trás da diversidade e complexidade do comportamento linguístico humano, está o fato de que os alunos são estimulados a acreditar em um único poder subjacente – ‘razão’ linguística abstrata, que deriva das constantes da psicologia, da natureza humana ou das propriedades essenciais do ‘sistema’ linguístico propriamente. Conceitos como categorias aspectuais-lexicais e os outros mencionados não são tipicamente apresentados como *perspectivas interpretativas* parciais sobre os fatos linguísticos, úteis para alguns propósitos e não para outros. Em vez disso, eles são reificados na essência permanente da estrutura linguística. Os estudantes são treinados, e testados, em operações formais de redução e análise muito mais do que em operações hermenêuticas de interpretação ou complexificação. A diversidade linguística é apresentada como o que sobra, uma vez que as generalizações do tipo o vencedor-levado encobrem o maior número de detalhes possíveis.⁷ Os diversos aspectos linguísticos da vida humana são apresentados como os produtos racionais dos sistemas de regras subjacentes. Para alcançar isso, a linguagem é fortemente idealizada: exceto por alguns

⁷ É interessante notar, a partir desse ângulo, como, nos ‘universais’ tipológicos, não precisa ser universal – eles podem ser estatísticos. Mas a diversidade linguística ainda é abordada como uma busca pelo que é universal, e as particularidades são de interesse apenas na medida em que elas enriquecem esquemas mais gerais.

poucos domínios, o que se estuda são ‘gramáticas’, ‘vocabulários’, ‘famílias linguísticas’ – construtos imaginários e idealizados distantes das realidades do ‘desempenho’ linguístico situado.

É somente porque foram idealizadas que as línguas admitem as generalizações que os estudantes são encorajados a fazer sobre elas. Generalização e idealização são, é claro, centrais para a atividade intelectual e não poderiam, de modo algum, desaparecer da linguística (ou, por falar nisso, de qualquer outro tipo de investigação racional). Mas elas podem ser conduzidas e apresentadas aos estudantes de várias formas diferentes, das quais a forma totalizadora e universalizante presente na linguística é apenas uma. Esse modo particular de idealização estaria perfeitamente adequado – se realmente funcionasse. *Realmente* funcionasse. Mas esse é exatamente o problema: apesar do alto interesse inerente e da riqueza intelectual dos postulados analíticos e das categorias teóricas que mencionei, a disciplina não foi capaz de aceitar que qualquer um deles *faça*, na verdade, o que se espera deles. São todos, precisamente, *hipóteses* preliminares sobre a estrutura subjacente, aguardando aceitação por toda a comunidade de linguistas, e objetos de discordância, às vezes, furiosa. Eles são, além disso, altamente dependentes da maneira pela qual os dados de desempenho são idealizados. As generalizações sobre as cores de Berlim e Kay são realmente verdadeiras? E a hierarquia temática? As frases nominais simples são realmente sempre monotônicas? A interpretação pode realmente ser reduzida a um princípio-Q e a um princípio-R? A informação é sempre concebida como sendo antiga (tópico) ou nova (foco)? As respostas dependem de uma infinidade de pequenas decisões sobre como você idealiza e normaliza um caos de dados variáveis de desempenho nas construções imaginárias de uma ‘língua’ ou de uma ‘gramática’. Estas são decisões criativas informadas por uma série de considerações sobre que opiniões podem ser legitimamente contrariadas.⁸ Elevar qualquer uma delas a um fato sobre a linguagem é desencorajado.⁹

⁸ Por exemplo, decisões sobre o que conta como o modelo teórico ‘mais simples’ não podem ser resolvidas objetivamente - veja Ludlow (1999).

⁹ Compare a situação nas ciências duras. Aqui, os modelos teóricos ensinados aos estudantes de graduação podem ser desidealizados para realizar dois objetivos empíricos fundamentais: fazer previsões precisas sobre eventos reais e produzir máquinas que possam efetivamente ‘funcionar’ no mundo real. As teorias tradicionais da linguística dominante não permitem que se faça nada disso: já que os enunciados que produzimos têm apenas uma semelhança tênue com as estruturas normativas que servem de base à teoria linguística, ninguém pode desidealizar modelos linguísticos para mostrar como eles realmente se relacionam com o comportamento observado. Veja Riemer (2009) para uma discussão relevante sobre a sintaxe; na semântica, considere o simples fato de que as teorias do significado sempre dependem, em algum ponto ou outro, de uma distinção entre o literal e o metafórico, mas não temos *ideia alguma* de

Os ‘resultados’ teóricos ensinados aos estudantes de linguística, em seus primeiros anos de estudo não chegam nem perto do nível do consenso disciplinar dos resultados ensinados aos estudantes de graduação em ciências. No entanto, na maioria das vezes, as teorias linguísticas são apresentadas aos estudantes iniciantes como ‘científicas’ e, portanto, desfrutam de uma autoridade semelhante *em tipo* às das ciências naturais – não tão grande, certamente, mas na mesma categoria. Alguns linguistas podem hesitar em fazer essa afirmação diretamente, mas ela está, no entanto, sempre lá em segundo plano (se você quiser confirmar isso, basta olhar em algumas amostras aleatórias de páginas de departamentos sobre ‘por que estudar linguística’).

Os estudantes aprendem rapidamente, então, que os especialistas em linguística podem reivindicar uma autoridade ‘científica’ para sua própria teoria favorita, mesmo na ausência de qualquer consenso disciplinar. A um estudante formado por chomskianos será ensinada a exatidão do gerativismo e a insensatez da gramática cognitiva. Os linguistas cognitivos negociam a autoridade da ciência para suas próprias análises inteiramente subjetivas. Linguistas sistêmico-funcionais, semelhantemente, reivindicam singularidade, necessidade e objetividade para suas próprias propostas. Para toda a civilidade do viva-e-deixe-viver da maioria dos departamentos de linguística, a disciplina, frequentemente, assemelha-se a um ninho de cobras de ‘lobbies’ acadêmicos concorrentes lentamente agitados (devo a expressão a Rastier [1993, p. 155]), cada um apresentando sua própria maneira de entender a linguagem como correta e, na maioria das vezes, de forma única.

Essa competição não é apenas sobre interesses intelectuais e imateriais. Como as teorias são os instrumentos de carreiras, elas dizem respeito, crucialmente, à aquisição e ao exercício do poder institucional, incorporados em boas notas e graus para estudantes e carreiras de sucesso para acadêmicos. A educação em linguística vem prefigurar o choque de interesses na sociedade: os estudantes aprendem que precisam lutar por seu espaço e que podem empregar todo o poder ideológico das reivindicações da cientificidade, da razão, da responsabilidade empírica, etc., para fazê-lo.

como tal distinção poderia ser adequadamente delineada. É verdade que, como James McElvenny comenta, campos como reconhecimento de fala e síntese, tradução automática e mineração de dados representam aplicações de abordagens teóricas à linguagem. Mas estes geralmente usam modelos empíricos e muitas vezes estatísticos distantes tanto do centro do trabalho descritivo quanto do teórico da disciplina. Veja, por exemplo, Jurafsky & Martin (2007 - Processamento da Fala e da Linguagem: Uma introdução ao processamento da linguagem natural, linguística computacional e reconhecimento de fala.)

Nem hipersensibilidade nem oposicionismo

Sugeri que os estudantes são estimulados a generalizar e a teorizar sobre o mundo humano de uma maneira altamente idealizada, sujeita apenas a controles empíricos vagos e fortemente aberto a escolhas discricionárias e preferenciais, enquanto ao mesmo tempo arrogam a autoridade ‘científica’ para essa atividade. O efeito disso, parece-me, é acostamá-los, na ordem simbólica, aos tipos de dominação arbitrária que perpetuarão e manterão através de sua posição na sociedade após a graduação. Uma vez fora da universidade, os estudantes devem ser capazes de racionalizar por si mesmos as variadas formas de dominação e exploração arbitrárias, junto a classes, raças e etnias, entre outras, que a economia demanda. Eles irão agir e submeter-se à exploração da economia neoliberal, justificada, diante de todas as evidências, como o único horizonte possível para a organização das sociedades humanas. Podemos ter certeza de que o ‘treinamento’ que recebem em linguística, com todas as propriedades que descrevi, dispensado no exato momento em que estão se preparando para entrar no mercado de trabalho, não desempenha um papel na normalização desse tipo de dominação injustificável? Penso que há um sério risco de que os tipos de justificativa para a teorização empreendidos – ou melhor, a licença para reivindicar a autoridade da ciência para interpretações essencialmente discricionárias e não-operacionalizadas – preparem os estudantes para a experiência arbitrária e injustificável da hegemonia na sociedade. Eu desenvolvo essas ideias, com foco nas humanidades em geral, em Riemer (2016), um artigo já citado.

Mas, no final, por que se preocupar com o *feedback* ideológico da linguística na sociedade? Não seria melhor para os linguistas que estão preocupados com política gastar tempo fazendo trabalho político direto (envolvimento com movimentos sociais, partidos, grupos de campanha, etc.), ao invés de desperdiçá-lo denunciando sua disciplina para efeitos como os discutidos aqui – efeitos que, em todo caso, são altamente contraditórios, refratados e atenuados?

Muito além do fato de que a maioria dos linguistas não tem tempo para dedicar-se adequadamente à política,¹⁰ a resposta, parece-me, é não. Se a linguística

¹⁰ Eu gostaria de saber de exceções além do exemplo óbvio de Chomsky. Geoffrey Sampson, por exemplo, tem sido um membro do conselho conservador do Reino Unido. E, de acordo com Ben Braithwaite, a Ex-Primeira Ministra de Trinidad e Tobago, Kamla Persad-Bissessar, trabalhou como professora no Departamento de Linguística e Inglês no *campus* Mona da UWI na Jamaica, e o Presidente Anthony Carmona foi professor no Departamento de Linguagem e Linguística em Trinidad e Tobago. Sir Colville Young, Governador-Geral de Belize, e Dame Pearlette Louisy, Governadora-Geral de Santa

fosse uma ciência dura – se, em outras palavras, a teorização fosse governada por protocolos que abrangessem toda a disciplina, produzindo objetividade e consenso – então certamente haveria motivos para aceitar quaisquer procedimentos de investigação exigidos, independentemente de sua aparente importância ideológica. Mas esse não é o caso. Para nenhum subcampo linguístico, temos uma única melhor teoria aceita em toda a disciplina: não temos sequer um acordo sobre como definir o objeto de estudo da linguística. Se me for permitida alguma auto-citação, a conclusão que eu alcancei em outro lugar sobre a semântica se aplica mais genericamente:

Como uma ‘ciência’ humana, a semântica diz respeito a uma esfera que está intrinsecamente ligada ao comportamento de criaturas autônomas com seus próprios modos pluralistas de ser e entender. Em tal domínio, não é imediatamente claro que o *insight* teórico seja mais bem obtido pela redução objetivante, assimilando o significado a um objeto único aberto a métodos empíricos derivados do estudo do mundo objetivo, ao invés da interpretação pluralista, assimilando o estudo do significado aos das manifestações socioculturais de níveis mais elevados. A antropologia cultural, a história literária e a sociologia – todas as três disciplinas empíricas que oferecem explicações, e não apenas descrições, de seus objetos de estudo – não pretendem produzir análises únicas e redutivas de suas explicações; não é mais óbvio que os semanticistas tentem caracterizar de forma única o sentido literal de uma expressão, do que os historiadores literários devem tentar estabelecer de maneira genuína a única interpretação correta de um texto canônico (RIEMER, 2016, p. 4).

Deveríamos resistir à tentativa de impor uma visão única de linguagem, do significado ou da natureza humana, quando essa visão é empiricamente contestada e, crucialmente, não operacionalizada. Deveríamos também hesitar em acostumar os estudantes à instrumentalização das reivindicações da verdade a serviço das lutas pelo poder institucional. Eu não tenho certeza se devemos dizer que a ciência é, todas as outras coisas sendo iguais, progressiva – mas parece razoavelmente claro que o cientificismo não é. Assumindo, em bases muito estreitas, que a diversidade do ‘linguajamento’ humano pode ser incluída nos esquemas totalizantes de nossos modelos, e reivindicando a garantia da ciência para esses esquemas, apesar da ausência de consenso disciplinar sobre eles, não me parece como uma trajetória intelectual capaz de fomentar o ‘elo de paz’ que Agostinho, imediatamente após a citação dada anteriormente, viu na uniformidade linguística.

Minhas preocupações com essas questões vêm aumentando há alguns anos, uma vez que eu ensino semântica e pragmática aos estudantes de graduação. Esses são

Lúcia, são linguistas treinados. Basicamente, se você quer ser um líder mundial, faça linguística’. (<https://languageblog.com/2016/03/06/why-study-linguistics/>).

campos de enorme riqueza e interesse intelectual – mas me preocupo com a visão de mundo que, em sua forma tradicional, eles podem reforçar. Hipersensibilidade? Oposicionismo? Inadequada confiança no discernimento dos estudantes? Acho que não. O mundo não está em um bom caminho, seja social ou ambientalmente. Como pessoas responsáveis por preparar educacionalmente a próxima geração de trabalhadores e eleitores, não podemos pensar *muito* profundamente sobre que tipo de sociedades estamos ajudando, a nossa pequena maneira, a formar.

Agradecimentos

Sou grato a James McElvenny e à Jacqueline Léon por terem discutido essas ideias comigo, e a James McElvenny por suas cuidadosas sugestões editoriais. Nenhum dos dois deve ser tomado como tendo concordado com nada do que foi discutido aqui.

Referências

BLACKBURN, R. A brief guide to bourgeois ideology. In A. Cockburn and R. Blackburn (eds.). *Student Power*. Harmondsworth: Penguin, 1967.

CALLINICOS, A. *Against Postmodernism*. New York: St Martin's Press, 1990.

FROMKIM, V., RODMAN, R., HYAMS, N. *An introduction to language*. 9ed. Wadsworth: Cengage Learning, 2010.

GASSER, M. *How language works. The cognitive science of linguistics*. 3ed. Link [aqui](#), 2012.

HORKHEIMER, M., ADORNO, T. W. *Dialectic of Enlightenment. Philosophical fragments* (Trad. Edmund Jephcott). Stanford: Stanford University Press, 2002.

HUTTON, C. Cultural and conceptual relativism, universalism and the politics of linguistics: dilemmas of a would-be progressive linguistics. In: DIRVEN, R., HAWKINS, B., SANDIKCIOGLU, E. (eds.). *Language and ideology: Cognitive theoretical approaches*. Amsterdam: John Benjamins, p. 277-296, 2001.

LUDLOW, P. Simplicity and Generative Grammar. In: STAINTON, R., MURASUGI, K. (eds.). *Philosophy and Linguistics*. Boulder: Westview Press, 1998.

RASTIER, F. La sémantique cognitive: éléments d'histoire et d'épistémologie. In: *Histoire Épistémologie Langage*. N° 15, p. 153–187, 1993.

RIEMER, N. Academics, the humanities and the enclosure of knowledge: the worm in the fruit. *Australian Universities' Review*. Nº 58, p. 33-41, 2016.

RIEMER, N. Semantics – a theory in search of an object. In: RIEMER, N. (ed.). *The Routledge Handbook of Semantics*. Abingdon: Routledge, p. 1–10, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/15576800/Introduction_Semantics_a_theory_in_search_of_an_object. In Nick Riemer ed. *The Routledge handbook of Semantics* Abingdon Routledge 2015.

RIEMER, N. How to justify a crisis. In: *Jacobin Magazine*, 5 de Out., 2015. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2015/10/refugee-crisis-europe-zizek-habermas-singer-greece-syria-academia/>.

RIEMER, N. Grammaticality as evidence and prediction in a Galilean linguistics. In: *Language Sciences*. Nº 31, p. 612–633, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/15577226/Grammaticality_as_evidence_and_as_prediction_in_a_Galilean_linguistics.